

PIER Seguradora S.A.

CNPJ 39.980.513/0001-00

Relatório da Administração: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da Pier Seguradora S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Perfil corporativo:** A Pier Seguradora ("Companhia" ou "Pier") foi constituída em 08 de outubro de 2020 e em 29 de outubro de 2020 passou a ser Pier Seguradora S.A. conforme Ata de Assembleia Geral de Transformação, sendo que os atos foram homologados por meio da Portaria SUSEP nº 7.711 de 1º de dezembro de 2020. A Companhia foi autorizada a operar em ambiente regulatório experimental no Projeto SANDBOX da SUSEP pelo prazo de 36 meses, nos termos da Resolução 381, de 04 de março de 2020, todavia, em 20 de maio de 2022, obteve autorização para operar de forma definitiva se enquadrando como uma Seguradora do Segmento S3. A Pier é a primeira seguradora digital do Brasil, oferecendo para os

seus clientes uma experiência de contratação de seguros de automóvel e celular, de forma simples e intuitiva que permite aos usuários estarem cobertos em poucos minutos. As coberturas oferecidas para os segmentos de celulares são Roubo, Furto e para automóveis são Roubo, Furto, Perda Total, Perda Parcial e Danos a Terceiros. A Pier é totalmente focada na experiência do cliente. Todo processo de contratação é feito de forma digital por meio de aplicativo, incluindo o processo de aviso de sinistro. O modelo de negócios da Pier é baseado na cobrança de prêmio mensal. O seguro é renovado mensalmente, de forma automática, com cobranças no cartão de crédito ou PIX, sendo possível ao cliente realizar o cancelamento a qualquer momento. A Pier entende que, por meio da oferta de um seguro de cobertura simplificada e digital, propõe ao consumidor uma experiência diferenciada no mercado, com preços atraentes em

relação aos concorrentes. Desta forma, a Pier captura uma oportunidade atrativa de negócio, enquanto reinventa a relação dos clientes com o produto de seguro, e atende um novo segmento de clientes que ainda não é capturado pelas grandes companhias do mercado segurador. **Desempenho no período:** A Pier emitiu 105.968 mil em prêmios no exercício, com crescimento de 226% comparado ao ano anterior. Desenvolvevemos e fizemos o lançamento de todas as coberturas do ramo de Automóvel, inclusive com cobertura de RCFC e atingimos 40 mil itens segurados até o final de 2022. Também obtivemos um crescimento importante na cobertura de smartphones e atingimos 77 mil itens segurados. O desempenho no exercício foi impactado principalmente pelos investimentos nas despesas administrativas, sendo que as despesas com publicidade e propaganda e com pessoal próprio são as mais significativas, apresentando montantes acumulados

de R\$ 34.206 e R\$ 57.232 respectivamente. Este fato se deve ao investimento em publicidade para captação de novos clientes e ao crescimento do quadro de funcionários da Pier. Estes investimentos estão relacionados com a formação de novos times para suportar o ritmo de expansão e desenvolvimento de novos produtos e se concentra principalmente em profissionais de produto e tecnologia. Com esses investimentos, a Pier encerrou o exercício de 2022 com prejuízo de R\$ 99.665 milhões, sendo que as operações de seguros apresentaram resultado positivo de R\$14.963 milhões. Em 2022 ocorreu aumento do capital social da Pier em R\$ 63.129 milhões por parte da Pier Digital Participações Ltda. e R\$ 35 milhões este em aprovação pela SUSEP, em linha com a estratégia de expansão das operações da companhia.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

Balanco patrimonial	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo/Circulante		71.010	81.450
Disponível	6	5.742	2.308
Equivalentes de caixa		-	1.182
Aplicações	7	44.579	71.748
Créditos das operações com seguros e resseguros	8	16.764	5.010
Prêmios a receber		10.603	4.389
Operações com resseguradoras		6.161	621
Títulos e créditos a receber	9	1.242	263
Créditos tributários e previdenciários		246	85
Outros créditos		996	178
Outros Valores e Bens	10	1.024	275
Bens à venda		1.024	275
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	11	1.223	494
Despesas Antecipadas	12	435	170
Custos de Aquisição Diferidos	13	128	681
Ativo Não Circulante		1.601	681
Outros valores e bens		128	-
Ativo de direito de uso		128	-
Imobilizado	14	1.183	643
Bens móveis		1.183	643
Intangível	15	290	38
Outros intangíveis		290	38
Total do Ativo		72.611	82.131

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Capital Social	Aumento de Capital em aprovação	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro 2020	5.000	-	(178)	4.822
Aumento de Capital	-	12.000	-	12.000
AGE de 01.03.2021	-	-	-	-
Homologação do Aumento de Capital	-	-	-	-
Portaria Susep 175 de 25.05.2021	12.000	(12.000)	-	-
Aumento de Capital	-	-	-	-
AGE de 19.08.2021	-	65.000	-	65.000
AGE de 05.11.2021	-	26.032	-	26.032
Homologação do Aumento de Capital	-	-	-	-
Portaria Susep 489 de 15.11.2021	65.000	(65.000)	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	(41.857)	(41.857)
Saldos em 31 de dezembro 2021	82.000	26.032	(42.035)	65.997
Homologação do Aumento de Capital	-	-	-	-
Portaria Susep 720 de 03.05.2022	26.032	(26.032)	-	-
Aumento de Capital	-	-	-	-
AGE de 13.05.2022	-	37.097	-	37.097
Homologação do Aumento de Capital	-	-	-	-
Portaria Susep nº 1.200, de 13.12.2022	37.097	(37.097)	-	-
Aumento de Capital	-	-	-	-
AGE de 29.09.2022	-	21.200	-	21.200
Aumento de Capital	-	-	-	-
AGE de 28.11.2022	-	14.200	-	14.200
Prejuízo do exercício	-	-	(99.378)	(99.378)
Saldos em 31 de dezembro 2022	145.129	35.400	(141.413)	39.116

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Pier Seguradora S.A. doravante ("Companhia") foi constituída em 08 de outubro de 2020 conforme Ata de Assembleia Geral de Transformação, foi autorizada a operar pela Portaria SUSEP nº 7.711, de 01 de dezembro de 2020 pelo prazo determinado de 36 meses em ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório), de acordo com a Resolução CNSP nº 381 de 04 de março de 2020 e Circular SUSEP nº 598 de 19 de março de 2020. De acordo com a Portaria Susep nº 7.963 de 20.05.2022, publicada no DOU de 01.06.2022, a licença para operar por prazo determinado de 36 meses em ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório) foi convertida em licença definitiva para operar seguros de danos e pessoas no segmento S3, em todo o território nacional. A controladora final da Companhia é a Pier Holdings Ltd., empresa privada sediada nas Ilhas Cayman. A Companhia tem sede e escritório localizados na Rua Cláudio Soares, 52, C.J. 705 - Pinheiros - São Paulo - Brasil e tem por objeto social operar com seguros de danos e pessoas em todo território nacional. Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2023. **2. Base de preparação e apresentação:** **a. Base de preparação:** Em função da licença obtida em 2022 para operar no Segmento S3, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular Susep nº 648, de 12 de novembro de 2021, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante denominadas "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Susep", e compreendem os balanços patrimoniais, a demonstração de resultado, demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido e a demonstração do fluxo de caixa. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Os saldos de 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins comparativos, foram elaborados conforme os dispositivos da Resolução CNSP nº 417, de 20 de julho de 2021. As principais alterações em função da Companhia passar a operar como Seguradora do Segmento S3 em 2022 foram novos requerimentos de capital e solvência e a mensuração de certas Provisões Técnicas - basicamente a Provisão Despesas Relacionadas, uma vez que a Provisão de IBNR a Companhia, em 2021, já adotava uma metodologia própria (vide detalhes nota explicativa 3.h). **b. Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o critério do custo histórico com exceção das provisões técnicas que seguem os princípios da SUSEP por meio da Resolução CNSP nº 417, de 20 de julho de 2021, e dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Todas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é requerida a usar seu julgamento na determinação de estimativas que levam em consideração pressupostos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente. As análises dessas estimativas incluem: (i) informações sobre os julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; e (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão incluídos nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 7 - Valor justo das aplicações financeiras; Nota explicativa nº 8 - Provisões técnicas; Nota explicativa nº 9 - Provisões técnicas e Nota explicativa nº 19 - Provisões para processos judiciais. e. Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse pressuposto. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não detinha nenhum item de caixa e equivalente de caixa classificado como "caixa restrito", bem como itens de caixa e equivalente de caixa dados como garantias a terceiros. **b. Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados no momento do reconhecimento inicial como: • Valor justo por meio do resultado; e • Empréstimos e recebíveis. **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Esses ativos são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. **Empréstimos e recebíveis:** São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. **c. Redução ao valor recuperável (impairment):** **Ativos financeiros não derivativos incluído recebíveis:** São ativos de curto prazo de apresentação para apurar se há evidência objetiva de perda no momento da perda no seu valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; e • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no resultado de ativos de características semelhantes. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida no resultado se o valor contábil exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado ao seu valor justo. **d. Passivos financeiros:** Compreendem, substancialmente, fornecedores, impostos e contribuições e outras contas a pagar que são reconhecidas inicialmente ao valor justo. **Arrendamentos:** No início de um contrato, a Pier avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, quando transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Pier utiliza a definição de arrendamento do CPC 06. (i) Como arrendatário: No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Pier avalia se a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Pier optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabiliza os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Pier reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exerceu o direito de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas mensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que

Balanco patrimonial	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Passivo e Patrimônio Líquido/Circulante		33.404	16.114
Contas a pagar	16	13.459	10.242
Obrigações a pagar		7.043	7.545
Impostos e encargos sociais a recolher		2.701	1.298
Encargos trabalhistas		3.608	1.343
Impostos e contribuições		1.07	56
Débitos de operações com seguros e resseguros	17	750	1.433
Operações com resseguradoras		7.508	1.432
Corretores de seguros e resseguros		2	1
Provisões técnicas - seguros	18	12.369	4.439
Danos		12.369	4.439
Outros Débitos	13	66	-
Passivos de arrendamento		66	-
Passivo Não Circulante	13	91	20
Outros débitos		91	20
Provisões judiciais	19	27	20
Passivos de arrendamento		64	-
Patrimônio Líquido	20	39.116	65.997
Capital social		145.129	82.000
Aumento de capital em aprovação		35.400	26.032
Prejuízos acumulados		(141.413)	(42.035)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		72.611	82.131

não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Pier. Geralmente, a Pier usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. Não são reconhecidos ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encontra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial. **e. Hierarquia do valor justo:** Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (input) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1 -** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Os títulos de renda fixa privados têm seu valor atualizado de acordo com os índices pactuados com a instituição financeira e se aproximam ao seu valor de mercado. Abaixo o quadro com a classificação por nível hierárquico:

	31/12/2022	31/12/2021
	Valor de mercado	Valor de mercado
	Nível I	Nível I
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	36.380	36.380
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	1.047	1.047
CDB Banco Pactual	7.152	7.152
Total	44.579	44.579

f. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias: Uma provisão passiva é reconhecida em função de um evento passadíssimo e que seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação no futuro. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como "provável", conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **g. Classificação dos contratos de seguros:** O CPC 11 define que um contrato de seguro é aquele em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado. A Administração da Companhia procedeu à análise de seus negócios para determinar que suas operações se caracterizam como "contrato de seguro". Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11 e as orientações estabelecidas pela SUSEP as receitas de prêmios e os custos individuais de aquisição são registrados quando da emissão da respectiva apólice ou pelo início da vigência do risco para riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices e apropriadas, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio da constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos. **h. Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do CNSP e da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA). De acordo com estas normativas, a Companhia constitui as seguintes provisões técnicas: **Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG:** A PPNG é constituída pela parcela dos prêmios emitidos e retidos, correspondentes ao período de risco não decorrido do prazo de vigência de cada apólice, segundo parâmetros e normas determinadas pelo CNSP; **Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL:** A PSL é constituída com base na estimativa de pagamentos prováveis, avisados até a data das demonstrações financeiras, líquidos de recuperáveis, resseguros e determinada com base nas notificações de sinistros avisados. Quando necessário, deve ser ajustado a partir de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR) visando a cobertura de insuficiências verificadas na emissão do valor de abertura dos sinistros. **Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR:** A provisão de IBNR é constituída de duas partes: ramos de atuação da Seguradora, através de metodologia própria estabelecida em nota técnica atuarial. Em 2022, a Companhia alterou sua metodologia de cálculo passando a adotar a metodologia de Chain-Ladder, que se baseia na construção do triângulo de run-off. A alteração da metodologia não produziu um impacto significativo no resultado, em função do incremento da referida provisão. Para a estimativa do Ativo de Resseguro de IBNR, a Companhia estima a provisão a partir do percentual entre o Ativo de Resseguro da PSL e a PSL Bruta, obtida pela relação do Ativo de Resseguro da PSL do mês dividido pelo total da PSL do mês. Em 2021, a provisão era baseada na construção de fatores de proporcionalidade que considera o histórico de sinistros que foram ocorridos e avisados no próprio mês versus os sinistros que ocorreram e foram avisados em meses posteriores, gerando um fator de proporcionalidade. Por fim, para estimar o valor de IBNR do mês, multiplica-se o fator de proporcionalidade selecionado pelo montante de total de sinistros ocorridos na data da avaliação/fechamento. **Provisão de Despesas Relacionadas - PDR:** A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos pagamentos futuros dos valores de despesas diretamente relacionadas aos sinistros já ocorridos até a data do fechamento contábil relativo ao balanço. A estimativa da provisão é obtida através do cálculo das despesas avisadas e sinistros ocorridos. **Teste de Ativos Passivos e do Passivo - TAP:** Em conformidade à Circular Susep nº 648, de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, foi elaborado o estudo atuarial para Teste de Adequação de Passivos - TAP, que consiste na verificação se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Depois de finalizado o Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2022 concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado, não sendo necessário o ajuste das provisões técnicas constituídas, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. **i. Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são calculados mensalmente com base no lucro tributável real mensal às alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os impostos correntes são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. Os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou de bases negativas de cálculo da contribuição social sobre o lucro, e aqueles decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados são desreconhecidos quando a Companhia não apresentar histórico de lucros tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, e os perfis de interesse para o período de cobertura de seguros, ou não houver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para que o crédito tributário seja utilizado. De acordo com o plano de negócios, a companhia não tem expectativa de lucros futuros no próximo ano e por esse motivo, não efetuou o reconhecimento do crédito tributário em 2022. Os créditos tributários, decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas da Contribuição Social são controlados na escrituração fiscal. Em 31 de dezembro de 2022 o total de prejuízos fiscais e bases negativas da Contribuição Social é R\$ 136.522 (R\$41.520 em 31 de dezembro de 2021). **j. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas com emissão de prêmios são reconhecidas de acordo com a data de início da vigência da apólice, os sinistros ocorridos são reconhecidos no momento do aviso. Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo. **k. Benefícios a empregados:** A Companhia oferece benefícios de curto prazo, como plano de assistência à saúde, vale-transporte, vale-refeição e vale-alimentação, que são mensurados e lançados ao resultado conforme incorridos. A Companhia não possui políticas para participação no lucro e resultados. **4. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas normas, alterações e interpretações serão aplicadas quando referenciadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). As normas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se: **a. CPC 48 - Instrumentos financeiros:** O CPC 48 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e "desreconhecimento" de instrumentos financeiros do CPC 38. O CPC 48 - Instrumentos Financeiros é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. O CPC 48 - Instrumentos Financeiros foi homologado pela Susep de acordo com a Circular 678 de 10 de outubro de 2022 com vigência a partir de 2024 e ainda não está sendo considerado na preparação das demonstrações financeiras das empresas supervisionadas. **5. Gerenciamento de riscos:** A SUSEP estabeleceu que as entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais avalem de forma geral a sua exposição aos seguintes riscos, provenientes de suas operações e de suas atividades de investimentos financeiros: **a. Risco de seguros:** Estratégia de subscrição: A Companhia realiza um processo de seleção de riscos com base em perfis de interesse, visando atingir uma frequência de sinistros apropriada para a carteira e minimizar incidentes de alto custo. Os perfis de interesse para os produtos de cobertura de smartphones e automóveis são avaliados por meio de modelos e tecnologias proprietárias para atingimento de resultados consistentes a redução de vieses de julgamento humano. Os riscos da Companhia são pulverizados entre milhares de clientes com importâncias seguradas máximas pré-determinadas e baixo impacto de riscos individuais para o resultado da carteira. A política de aceitação de riscos abrange a totalidade dos ramos de seguros operados e considera a experiência do setor e premissas atuariais. **Mitigadores do risco de resseguro:** A Companhia se utiliza da operação de resseguro como forma de diluir e homogeneizar sua responsabilidade diante os riscos assumidos. O contrato de resseguro firmado considera condições proporcionais para a carteira do produto Smartphone, de forma a reduzir e proteger da exposição a riscos.

Demonstração do resultado	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios emitidos	21.a	98.698	30.313
Variações das provisões técnicas de prêmios	21.b	(2.797)	(1.994)
Prêmios ganhos	21.c	95.901	28.319
(-) Sinistros ocorridos	21.d	(79.023)	(20.767)
(-) Custos de aquisição		(12)	(3)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	21.e	(141)	(209)
Resultado com resseguros	21.f	(174)	(318)
Despesas Administrativas	21.g	(110.426)	(47.337)
Despesas com Tributos	21.h	(2.191)	(701)
Resultado Financeiro	21.i	(2.011)	(841)
Receitas financeiras		4.971	2.077
Despesas financeiras		(6.982)	(2.918)
(-) Resultado operacional	(99.378)	(41.857)	
		-	-
Prejuízo do Exercício	(99.378)	(41.857)	
Quantidade de ações		731.931.912	153.923.408
Prejuízo por ação - R\$		(0,14)	(0,27)
Demonstração do resultado abrangente	31/12/2022	31/12/2021	
Prejuízo do exercício	(99.378)	(41.857)	
Resultado abrangente total	(99.378)	(41.857)	
Resultado abrangente total atribuído aos acionistas	(99.378)	(41.857)	

Composição da carteira por classe e por categoria contábil:	Rating	Rating	Sem Valor de mercado
Ativo Caixa e Bancos	A-	BB-	rating mercado
Prêmios a receber	-	-	5.742 5.742
Valor justo por meio do resultado	-	-	10.603 10.603
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	36.380 36.380
Notas do Tesouro Nacional (NTN-b)	-	-	1.047 1.047
CDB Banco Pactual	7.152	-	7.152

*continuação

19. **Provisões Judiciais:** Demonstramos abaixo a posição das contingências cíveis em 31 de dezembro de 2022:

Classificação	31/12/2022		
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado
Perda possível	18	381	-
Perda provável	8	27	27
Total	26	408	27

20. **Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 731.931.912 de ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal. **Atos societários:** Foi deliberado, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de maio de 2022, o aumento do Capital Social no montante de 37.097 passando de 108.032 para 145.129, dividido em 302.723 (trezentos e dois milhões, setecentos e vinte e três mil) ações ordinárias sem valor nominal. O aumento de capital foi aprovado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Foi deliberado, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2022, o aumento do Capital Social no montante de 21.200, passando de 145.129 para 166.329 dividido em 534.910 (quinhentos e trinta e quatro milhões, novecentos e dez mil) ações ordinárias sem valor nominal. O aumento de capital encontra-se em aprovação na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Foi deliberado, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de novembro de 2022, o aumento do Capital Social no montante de 14.200, passando de 166.329 para 180.529, dividido em 731.932 (setecentos e trinta e um milhões, novecentos e trinta e dois mil) ações ordinárias sem valor nominal. O aumento de capital encontra-se em aprovação na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **b. Reserva de lucros:** Compõem as reservas de lucros: • Legal: 5% do lucro líquido, limitada a 20% do capital social; e • Estatutária: dispõe o estatuto que o lucro remanescente será destinado a formação de reserva legal e reserva de contingência, cujo total não poderá exceder o capital social. **c. Dividendos:** É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício anual, de acordo com a Lei 6.404/76 e alterações.

d. Patrimônio líquido ajustado (PLA) e exigência de capital: O cálculo do capital mínimo requerido - CMR é baseado na resolução CNSP nº 432 de 12.11.2021 que dispõe sobre provisões técnicas, ativos redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, capital de risco baseado nos riscos de subscrição, de crédito, operacional e de mercado, patrimônio líquido ajustado, capital mínimo requerido, plano de regularização de solvência, limites de retenção, critérios para a realização de investimentos, normas contábeis, auditoria contábil e auditoria atuarial independentes e comitê de auditoria referentes a seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras, foram realizados todos os cálculos necessários para apurar a suficiência ou insuficiência do Patrimônio líquido ajustado em 31 de dezembro de 2022. O capital mínimo requerido é determinado pelo maior valor entre o capital base e o capital de risco.

	31/12/2022			
	Emitido	Cancelado	Restituído	Prêmio emitido líquido
Automóvel	43.581	(1.691)	-	41.890
Smartphone	60.177	(3.369)	-	56.808
Total	103.758	(5.060)	-	98.698

	31/12/2021			
	Emitido	Cancelado	Restituído	Prêmio emitido líquido
Automóvel	7.069	(237)	-	6.832
Smartphone	24.717	(1.236)	-	23.481
Total	31.786	(1.473)	-	30.313

b. Variação da PPNG		31/12/2022	31/12/2021
	Variação da PPNG	Variação da PPNG	
Automóvel	(2.340)	(722)	
Smartphone	(794)	(1.272)	
Total	(3.134)	(1.994)	

c. Prêmios ganhos		31/12/2022	31/12/2021
	Prêmio ganho	Prêmio ganho	
Automóvel	39.550	6.110	
Smartphone	56.015	22.209	
Total	95.565	28.319	

Diretoria	
Igor Meduar Mascarenhas - Diretor Presidente	Carlos Alberto Cano Colucci - Diretor

As Administradores e Acionistas **Pier Seguradora S.A. - Escopo da auditoria:** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Pier Seguradora S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2022 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente

se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para

se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo

As Diretores da **Pier Seguradora S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Pier Seguradora S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Pier Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, adotadas pela primeira vez em 31 de dezembro de 2022. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das

Notas explicativas às demonstrações financeiras da PIER Seguradora S.A.

Demonstração do Patrimônio Líquido ajustado (PLA) e exigência de capital:

	31/12/2022		31/12/2021	
Patrimônio líquido	39.116	65.997		
(-) Despesas Antecipadas	(435)	(170)		
(-) Intangível	(290)	(38)		
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	248	-		
Patrimônio líquido ajustado (a)	38.639	65.789		
Capital base (b) *	8.100	1.000		
Capital de Risco de Subscrição	14.445	9.843		
Capital de Risco de Crédito	631	-		
Capital de Risco Operacional	1.072	-		
Risco de Mercado	155	-		
Benefício da Correlação entre risco	(420)	-		
Capital de Risco (c)	15.883	9.843		
Capital mínimo requerido (d) [maior entre (b), (c)]	15.883	9.843		
Suficiência de capital (e = -1 - d)	22.756	55.946		
(%) Suficiência de capital (e/d)	141%	568%		

21. Detalhamento das contas de resultado: a. Prêmios emitidos

	31/12/2022			
	Emitido	Cancelado	Restituído	Prêmio emitido líquido
Automóvel	43.581	(1.691)	-	41.890
Smartphone	60.177	(3.369)	-	56.808
Total	103.758	(5.060)	-	98.698

	31/12/2021			
	Emitido	Cancelado	Restituído	Prêmio emitido líquido
Automóvel	7.069	(237)	-	6.832
Smartphone	24.717	(1.236)	-	23.481
Total	31.786	(1.473)	-	30.313

b. Variação da PPNG		31/12/2022	31/12/2021
	Variação da PPNG	Variação da PPNG	
Automóvel	(2.340)	(722)	
Smartphone	(794)	(1.272)	
Total	(3.134)	(1.994)	

c. Prêmios ganhos		31/12/2022	31/12/2021
	Prêmio ganho	Prêmio ganho	
Automóvel	39.550	6.110	
Smartphone	56.015	22.209	
Total	95.565	28.319	

Diretoria	
Igor Meduar Mascarenhas - Diretor Presidente	Carlos Alberto Cano Colucci - Diretor

Parecer dos auditores atuariais independentes

fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Pier Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2022, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. – A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. – Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. – A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como

d. Sinistros ocorridos e índice de sinistralidade

	31/12/2022		31/12/2021	
	Sinistralidade		Sinistralidade	
Automóvel	(39.369)	100%	(7.611)	125%
Smartphone	(39.654)	71%	(13.156)	59%
Total	(79.023)	83%	(20.767)	73%

O índice de sinistralidade foi calculado com base nos prêmios ganhos.

e. Outras receitas e despesas operacionais		31/12/2022	31/12/2021
Provisões cíveis	(44)	(23)	
Assistência de auto	(90)	(148)	
Outras	(7)	(38)	
	(141)	(209)	
	31/12/2022	31/12/2021	

f. Resultado com resseguros		31/12/2022	31/12/2021
Receitas com resseguros			
Sinistros de resseguros	19.752	886	
Variação IBNR	52	23	
	19.804	909	

Despesas com resseguros		31/12/2022	31/12/2021
Prêmios cedidos	(28.406)	(2.292)	
Comissões	6.472	859	
Variação das provisões de prêmios e comissões	706	206	
	(21.228)	(1.227)	
	(1.424)	(318)	

Resultado com resseguros
A operação de resseguro da Pier se enquadra na modalidade de contrato proporcional, com cessão de 50% dos prêmios comerciais para a carteira de Smartphone. Os prêmios e sinistros cedidos em resseguro são segregados em 60% para resseguradora admitida (Hannover Rück SE) e 40% para a resseguradora local (Mapfre Re).

g. Despesas administrativas		31/12/2022	31/12/2021
Despesas com pessoal próprio	(57.232)	(17.137)	
Despesas com serviço de terceiros	(9.866)	(3.326)	
Despesas com localização e funcionamento	(4.395)	(895)	
Despesas com publicidade e propaganda	(34.206)	(24.794)	
Despesas com publicações	(54)	(4)	
Despesas com donativos e contribuições	(75)	(81)	
Outras	(4.598)	(1.100)	
Total	(110.426)	(47.337)	

h. Despesas com tributos		31/12/2022	31/12/2021
COFINS	(1.092)	(481)	
PIS	(178)	(78)	
IOF	(187)	(35)	
Taxa de fiscalização - SUSEP	(315)	(98)	
Outros	(419)	(9)	
Total	(2.191)	(701)	

Contador	
Maurício Gonçalves Camilo Pinto - CRC 1SP145786/O-7	

Atuário

Leonardo da Silva Tersino - MIBA 1.686

i. Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas Financeiras		
Rendimentos com títulos públicos	4.929	1.870
Receitas com títulos de renda fixa	38	207
Outras	4	-
Total	4.971	2.077
Despesas Financeiras		
Despesas financeiras com operações de seguros	(6.959)	(2.850)
Despesas com títulos de renda fixa	(10)	(68)
Outras	(13)	-
Total	(6.982)	(2.918)
	(2.011)	(841)

22. **Reconciliação do imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro líquido que excede a R\$ 240 anuais, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é calculada à alíquota de 15% de janeiro a julho de 2022 e 16% de agosto a dezembro de 2022.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Prejuízo contábil	(99.665)	(99.665)	(41.857)	(41.857)
Ajustes ao prejuízo contábil	1.055	1.055	515	515
Base de Cálculo	(98.610)	(98.610)	(41.342)	(41.342)
Alíquota nominal	25%	15%	25%	15%
Total de tributos	-	-	-	-

23. **Partes relacionadas:** A administração define como partes relacionadas à Pier Seguradora S.A. o pessoal-chave da administração da Companhia, a empresa Pier Participações Ltda., que em 30 de junho de 2021 possui participação de 100% do seu capital social, bem como as empresas Pier Serviços Digitais Ltda., Pier LLC e Pier Holdings, pertencente ao grupo econômico, conforme definições contidas no CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas. **Remuneração do pessoal-chave da administração:** A remuneração de pessoal-chave da Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 compreende o valor de 1.632 (147 em 31 de dezembro de 2021), que inclui salários e benefícios não monetários, tais como vale alimentação e vale refeição e plano de saúde. **Plano de ações:** Há um plano de opções de ações estabelecido na Pier Holdings Ltd, controladora indireta da companhia, e não produz quaisquer efeitos na Pier Seguradora S.A., sejam eles contábeis ou societários.

Atuário	
Leonardo da Silva Tersino - MIBA 1.686	

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

São Paulo, 28 de